

OS RELATOS DE MEMÓRIA E AS CIDADES: UMA RELAÇÃO SENSÍVEL

Carla Monteiro de Souza¹

O trabalho que aqui se apresenta traz discussões ensejadas pelo projeto *Memória e História de Boa Vista na década de 1950* (apoiado pelo CNPq), que tem como objetivo identificar e analisar as modificações ocorridas em Boa Vista com sua elevação à capital do Território Federal do Rio Branco e ao longo da década de 1950, configurando-as em três níveis: espaciais/urbanísticas; ambientais; sociais/culturais. Neste sentido, discutir-se-á sobre a utilização de relatos memória como fonte no estudo da cidade, tendo em vista a afirmação de Ecléa Bosi, de que “cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história” (2003: 70).

O projeto está constituindo um *corpus* documental composto de entrevistas orais com antigos moradores da cidade e com autores de relatos de memória e de fontes escritas, destacando-se os jornais, diários e relatórios oficiais e demais documentos e, ainda fotografias. Aqui abordaremos o papel que os relatos de memória escritos e publicados têm desempenhado na pesquisa, enfatizando o quão ricos podem ser nos estudo das cidades.

Nas últimas três décadas variadas manifestações e expressões da memória proliferaram na pesquisa histórica, abrindo um campo fértil e inovador para historiografia brasileira, ainda que a utilização dos relatos de memória como fontes não seja novo no Brasil. Sobre isso, Sabina Loriga, explica que cresceu a compreensão entre os historiadores de que “é preciso restabelecer a confiança no testemunho e na possibilidade de acreditar no relato histórico” (2009:18). Em tempos mais recentes a desconfiança e a dúvida têm dado lugar a uma prática de pesquisa flexível e ampliada no que tange as fontes, o que tem levado a uma valorização dos relatos de memória como documentos pertinentes à produção do conhecimento histórico.

Neste aspecto, a história cultural constituiu-se como um campo fértil para isso, tendo em vista que como afirma Pesavento a história cultural não pode ser entendida como uma "virada de mesa" com relação a pressupostos teórico-metodológicos, mas como

¹ Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRR. Doutora em História. Pesquisa apoiada pelo CNPq.

uma nova abordagem, ou um novo olhar que se apóia sobre as análises já realizadas, e, por sua vez, avança dentro de um determinado enfoque”. Este novo olhar vincula-se diretamente ao campo e a abordagem do imaginário e das representações e, como afirma a autora, “vem se somar ao conhecimento acumulado, sem voltar as costas a uma matriz teórica, fruto de uma reflexão cumulativa” (1995: 280).

Os relatos de memória nos apresentam visões ímpares da e sobre a cidade, que possibilitam a produção de explicações e de compreensões que abranjam o sentido plural e contraditório intrínseco ao urbano. A cidade entendida como lugar de muitos, como “obra coletiva”, como “um tecido sempre renovado de relações sociais” deve ser pensada, portanto, “como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais” (2007: 13-14).

Dito isso, este trabalho tem como objetivo compartilhar a experiência de pesquisa ainda em andamento na qual temos nos debruçado sobre alguns relatos de memória escritos e publicados sobre a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, que no todo ou na parte contemplem o período de 1943-1960.

A cidade que muda

Boa Vista é a única capital brasileira inteiramente localizada no hemisfério norte. Passou a ter o *status* de capital em 1943, com a criação pelo Presidente Vargas do Território Federal do Rio Branco. A partir daí, se iniciou um período de sentidas mudanças físico-espaciais e sociais, que buscamos demonstrar marcam a feição da cidade até os dias de hoje.

A reestruturação do espaço urbano, marcado pelo racionalismo e pela visão de modernidade urbana difundida no pós-guerra, produziu sentidas mudanças na cidade mais antiga da região.

Fundada em 1890, a sede do então município amazonense de Boa Vista do Rio Branco, se localiza em áreas de savanas, chamadas regionalmente de lavrado, a nordeste. Seus habitantes originais foram os índios e os migrantes, atraídos pelas ações de ocupação empreendidas pelos portugueses para garantir a posse da região, ainda no século XVIII, nas quais se destaca a pecuária introduzida nos extensos campos naturais.

A implantação do Território Federal do Rio Branco – que passa a se chamar TF de Roraima em 1962 – dinamizou a vida da pequena e isolada cidade de Boa Vista. Segundo o IBGE, a sua população que foi contada em 12.130 habitantes, no censo de 1940, passou a 17.247 habitantes, em 1950, e a 28.304 em 1960. As ações para a efetiva implantação da nova unidade federativa incrementaram a vinda de migrantes e a vida na nova capital.

As novas funções político-administrativas consolidam o papel de Boa Vista como cidade primaz, principalmente por ser o único centro urbano da região, robustecendo e consolidando a sua centralidade historicamente definida pelas ações e vetores de ocupação do vale do rio Branco. Ainda hoje, a cidade concentra cerca 65% da população estadual e hegemoniza os serviços públicos e privados, as atividades econômicas, administrativas, políticas e culturais do estado, vem crescendo e se desenvolvendo de maneira descontínua, desordenada e desigual e se modificando rapidamente, ainda que comparada às outras capitais siga sendo uma cidade de dimensões modestas.

A cidade que já ganhara algum impulso com a descoberta de garimpos em áreas no interior nos anos 1930 passa a vivenciar um processo de rearranjo das relações espaciais, ambientais, sociais, políticas e econômicas. A instalação da sede administrativa do novo Território Federal ensejou a elaboração do novo plano urbanístico da cidade, o qual ficou a cargo do engenheiro carioca Darcy Aleixo Derenusson. Este processo de reestruturação do espaço urbano de Boa Vista se inicia em 1946 e estende ao longo das duas décadas seguintes.

Literalmente uma nova cidade foi edificada a partir das bordas da cidade que já existia, localizada às margens do Rio Branco. A seu traçado no formato “radial concêntrico”, lembrando um leque, tem como centro uma praça circular, que reúne as sedes dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Dela partem avenidas radiais largas, nas direções norte, sul e Oeste.

Idealizado pelo primeiro governador do Território Federal do Rio Branco, o Capitão Êne Garcez dos Reis, o plano urbanístico de Boa Vista teve Belo Horizonte como inspiração (2009: 95). O traçado em formato de leque estabeleceu os vetores de crescimento da cidade e orientou expansão urbana voltada para o “interior” que se mantém até os dias de hoje. Como explica o geógrafo Antônio Veras, os objetivos que

nortearam esse plano urbanístico estavam vinculados a necessidade de povoar essa afastada fronteira, por meio da instalação de uma cidade moderna, estruturada para o cumprimento de sua função político-administrativa que deveria articular o local/regional e o nacional (2009: 119).

O engenheiro Darcy Derenusson, entrevista concedida ao jornal Gazeta de Roraima, em 1991, avaliou que o traçado em radiais não obedeceu a critérios meramente técnicos, mas também político ao dizer que “mais do que simples radiais, mais do que um simples leque, seria a própria alma brasileira, presente, com o corpo e o coração, para garantir a integridade de nossos limites” (VERAS, 2009: 128).

Ao criar uma capital moderna no extremo norte o poder federal estava instituindo um espaço que marcasse a sua presença nesta fronteira norte, considerada despovoada e desguarnecida. É ainda Derenusson que nos confirma isso, ao avaliar que “o sistema radial é o símbolo de união territorial, social, lingüístico e ideário do povo brasileiro do Extremo Norte” (VERAS, 2009: 128).

Segundo Veras, ainda que a implantação do plano urbanístico tenha se arrastado por vários anos, a sua modernidade trouxe para “Boa Vista um aspecto de cidade bem planejada em relação às outras capitais da região amazônica” (2009: 102-115).

A efetiva instalação do Território incrementou as migrações para a região. Ainda que muitos viessem ao Rio Branco em busca de terras, pode-se dizer que Boa Vista passa a ter atrativos especiais como nova capital. Prova disso foi o expressivo aumento da taxa média de urbanização da população residente no então Território, que passou de 11,6%, em 1941, para 28,33%, em 1950 (IBGE).

A cidade passa a receber também pessoas que vinham trabalhar no serviço público civil e militar e toda sorte de pessoas que vinham tentar a vida na região. Da mesma forma, outras ações voltadas para a ocupação da grande área do Território, como a fundação das primeiras colônias agrícolas Fernando Costa, Braz Aguiar, Coronel Mota e Santa Maria do Boiaçu, criadas com a justificativa de prover a capital de gêneros alimentícios, também contribuíram para isso já que tinham a capital como ponto de apoio (BARROS, 1995).

Estes novos atores sociais se tornam sujeitos das mudanças em curso. Conhecem uma cidade pequena e acanhada, isolada do resto do país pela ausência de estradas e de rotas fluviais, servida por um sistema de comunicação precário. Encontram um lugar no qual

uma elite de origem rural hegemoniza social e politicamente a vida política e econômica; no qual a Igreja Católica tem uma forte presença, rivalizando em antiguidade e influência com algumas famílias auto-intituladas “pioneiras” e com os fazendeiros ligados à pecuária.

Uma das entrevistas orais já coletadas para o projeto menciona que a cidade não tinha mais que 20 ruas, que a população não era muito grande e que todos se conheciam. Contudo, a cidade crescia: em 1940, a população estimada do município de Boa Vista era de 1.159 habitantes; em 1950 era de 5.132; em 1960 elevou-se para cerca de 25.000 habitantes (IBGE).

Além da expansão do perímetro urbano com a implantação do novo Plano Urbanístico com a ocupação das áreas cada vez mais afastadas da beira do rio Branco, foram construídos novos prédios públicos, e a melhoria da infra-estrutura de serviços, com a ampliação do abastecimento de água, a implantação do transporte aéreo comercial, da Rádio Difusora de Roraima, do curso de magistério, do aeroporto e do primeiro hotel (OLIVEIRA, 2003).

Contudo, um dos aspectos que muito nos interessa abordar são as mudanças nas relações sociais decorrentes da transformação em cidade/capital do Território Federal do Rio Branco. Neste aspecto os relatos de memória escritos, alicerçados na memória e na trajetória pessoal de seus autores ganham importância como fontes.

Eles, cada um ao seu jeito, documentam as mudanças nas relações políticas, econômicas e de trabalho.

No primeiro aspecto se estreitam os vínculos com o poder central. Os territórios federais passam a receber verbas e dotações orçamentárias do governo federal, o que gerou uma dependência crônica no plano econômico que influenciou sobremaneira as relações políticas. Os cargos no serviço público territorial passam diretamente ou indiretamente pelas articulações políticas com o Rio de Janeiro. Nesse campo, o período que vai de meados da década de 1940 até o início dos anos 1960 foi bem rico e contraditório.

O governador do território era nomeado pelo presidente da república e deste recebia a atribuição de nomear os prefeitos dos dois grandes municípios do Território, Boa Vista e Caracarái, e os todos os demais ocupantes de cargos públicos. Dos titulares das divisões, o que equivalia as secretarias de governo, até os amanuenses, todos eram indicados pelo governador e por injunções políticas.

As “marés” e reviravoltas políticas comandavam a vida político-administrativa do Território. Freitas explica que “os governadores eram nomeados pelo Presidente da República por indicação política. (...) Quando havia desentendimentos entre o padrinho e o apadrinhado, este era exonerado e outro indicado para o seu lugar. Quase sempre esses governadores eram estranhos à região e passavam pouco tempo no cargo”. O autor contabiliza que nesse período de 1943-64, o Território teve 15 governadores titulares, além de alguns interinos, o que “dá uma média de 1 ano e 4 meses de governo para cada gestor” (2001, p. 115-116).

Laucides Oliveira (2007) relata que o que chama de “separatismo político” marca a vida política da região. Explicando que a camaradagem entre os jovens e as famílias já não era a mesma de outros tempos, pois as disputas políticas se tornavam cada vez mais acirradas, principalmente na época das eleições para os dois deputados territoriais, já que estes juntamente com o governador seriam os principais interlocutores com o poder central.

Da mesma forma, o mercado de trabalho estava condicionado pelas flutuações políticas. A vida econômica da cidade girava em torno do comércio de pequeno porte e das atividades que davam suporte ao garimpo e a atividade agro-pecuária. Assim, à medida que a década de 1950 avança, o setor público passa a ser o maior e melhor empregador. Os salários pagos pelo serviço público passam a ser o principal combustível da economia local, como ainda o é nos dias de hoje.

Pela natureza das nomeações e pelo pouco tempo em que cada governador permanecia no cargo, infere-se que havia uma verdadeira “dança das cadeiras” no serviço público territorial. Segundo Laucides Oliveira, com um novo governador “os ocasionais ocupantes dos cargos e empregos públicos e os desempregados eventuais, ex-funcionários do Governo do Território, (eram) alijados para dar lugar aos correligionários do novo governo”. Define esse processo como uma “ciranda”, em que uma parte da população estaria empregada, enquanto a outra não, “até a próxima troca de governador, quando o quadro será invertido” (2007, p. 49).

Este breve quadro dá uma noção da natureza das mudanças que se operavam no cotidiano da cidade de Boa Vista no período enfocado. Os rumos dessas mudanças foram definidos pela dinâmica local/nacional e configurados por um conjunto de fatores

que condicionam, guardadas as devidas proporções, a sociedade roraimense até os dias de hoje.

A memória como fonte

Como já referido acima, nosso projeto utilizará fontes orais e relatos de memória escritos e publicados em livro. Sobre isso cabe ressaltar que essa escolha liga-se a noção de que toda cidade é um lugar praticado, vivido e sonhado, tal como argumentou Pesavento.

Assim, os relatos de memória são bastante relevantes para nossa pesquisa, pois ao serem compostos com o objetivo claro de registrar uma vivência, uma trajetória, uma ligação, uma visão da cidade revelam, como afirma Bosi, que “existe, dentro de uma história cronológica, outra mais densa de substância memorativa no fluxo do tempo”. Como diz a autora, essa outra história “aparece com clareza nas biografias; tal como paisagens, há marcos nos espaço onde os valores se adensam” (2003: 23-24)

Neste sentido, a autora segue explicando que “a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns”. Seu potencial e valor como fonte se vinculam, então, à nossa capacidade de entender os relatos de memória como “configurações mais intensas” sobre as quais “incide o brilho de um significado coletivo” (BOSI, 2003, p. 31). Pode-se dizer que esses relatos nos oferecem uma objetividade pautada por uma subjetividade radical.

Referenciando-se em Benjamim, Bosi afirma que a “rememoração é uma retomada salvadora do passado”, afirmando que nos “depoimentos autobiográficos é evidente o processo de re-conhecimento e de elucidação” (2003, p. 33). Não obstante, interroga sobre o sentido do contar histórias, sobre o contar a própria história, questão que busca esclarecer com o seguinte argumento: que ao narrarmos “uma experiência profunda, nós a estamos perdendo também”, pois no momento da narrativa “ela se corporifica e se enrijece”. Contudo, defende o direito e a necessidade de narrar, de contar histórias, pois “o mutismo também petrifica a lembrança que se paralisa e sedimenta no fundo da garganta...” (2003, p. 35).

Bosi, ela mesma autora de um importante trabalho sobre a relação entre cidade e memória, nos aponta um caminho fecundo para o estudo de Boa Vista e de seus

significados plurais, passados e presentes, por meio da incorporação dos relatos de memória, os orais e os escritos. Do mesmo modo nos fornece elementos para abordar essas obras, tão diferentes entre si como seus autores, sobre o prisma da memória, da narrativa e da história, e como documentos do fazer historiográfico.

Nesse caminho, trazemos como exemplo duas obras que tratam da cidade de Boa Vista, visando aqui não discuti-las em profundidade, mas demonstrar o seu potencial como fontes no projeto supracitado, bem como suscitar o seu uso em outras pesquisas que tenham a cidade roraimense como objeto.

Primeiramente, citamos a obra autobiográfica, já citada acima, *“Boa Vista 1953 uma aventura... ah dias da minha juventude...”*, do jornalista Laucides Oliveira. Publicada em 2007, o livro é uma edição simples que tem como mote contar a história da vida do autor do período que vai da sua chegada à capital do Território do Rio Branco, ao seu casamento com uma “filha da terra”, sua companheira desde então. Na introdução, adverte que o livro é um relato descompromissado de suas lembranças.

Nesta obra a cidade tem um protagonismo igual ou maior que o próprio autor. A cidade é palco, cenário e paisagem, é espaço praticado, constituinte e constituído pelo autor, em alguns momentos é ela mesma uma personagem. Nela o jovem que chega a Boa Vista, vindo do Rio de Janeiro, se acha, encontra um sentido para a vida, delinea e constrói um futuro. A cidade recebe o jovem, em 1953, incorpora o adulto, em 1959, como homem casado, iniciando família, com carreira voltada para a área das comunicações.

Para isso, compõe um texto feito de forma simples, coloquial e direta. Estrutura o livro em partes, algumas bem curtas outras nem tanto. Não há capítulos, mas cada parte deixa uma “chamada” para o que vem a seguir. Narra lugares, pessoas, fatos, acontecimentos e episódios que ele viveu, bem como outros tantos que ouviu.

Sem muito rebuscamento, o autor conta a cidade que viveu, da forma como a vê e sente hoje. Ao associar a sua vida naquele tempo à vida da cidade que escolheu para viver, declara o imenso apreço que tem por Boa Vista, cidade que a princípio causou estranheza ao rapaz cosmopolita nascido e criado na capital federal, mas que à medida que o tempo passou desenvolveu um sentimento de pertencimento.

A cidade que muda se assemelha ao rapaz que se torna homem, adulto. Fala das mudanças em sua vida ao falar da cidade e vice-versa. Seu Laucides conta a sua

“versão” da história da cidade naquele período, alternando um estilo sentimental e romântico, meio folhetinesco, com um estilo realista, que procura a verdade dos fatos, nosso autor evidencia uma preocupação clara de ser agradável ao leitor. Narra em primeira pessoa; descreve e localiza lugares; situa pessoas e grupos sociais; articula por meio da sua história de vida questões e fatos nacionais aos locais, exercitando o que foi referido acima, ou seja, a narrativa autobiográfica “como processo de re-conhecimento e de elucidação”.

Neste sentido, seu relato tem cumprido um duplo papel na nossa pesquisa na medida em que tem funcionado como um fio condutor que tem orientado a recolha e a abordagem de um conjunto variado de fontes, pois é o único texto dessa natureza que trata especificamente da cidade de Boa Vista na década de 1950, e como fonte em si. Assim, tem funcionado como uma espécie de mapa da pesquisa e como documento na construção de uma explicação sobre as mudanças ocorridas na cidade no período enfocado e, também, na compreensão dos seus significados para a cidade de hoje.

A outra obra que citaremos é o livro *Roraima: informações históricas*, de Dorval de Magalhães, publicada em 1986. Falecido recentemente, aos 92 anos, o professor Dorval, poeta, escritor, fundador e membro da Academia Roraimense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura, pertencia a uma das famílias auto-intituladas pioneiras da região do Rio Branco. Durante muito tempo este livro foi uma das principais fontes para o estudo e o conhecimento da história de Roraima, numa época em que a historiografia local era praticamente inexistente.

Categorizar esta obra é tarefa difícil, pois tem um caráter híbrido. Logo nas suas primeiras páginas o autor “a guisa de explicação” pede desculpas “pelas inúmeras lacunas aqui verificadas, num trabalho que não tem outra pretensão, a não ser transmitir mensagem de confiança à Juventude de nossa terra, às vésperas de seu grande e esperado dia: a elevação de Roraima à categoria de estado da federação brasileira”. Nesta “explicação”, não declara que a memória é a sua fonte principal, mas antes arroga “a deficiência de dados estatísticos em nosso país” e que as informações de ordem histórico-científicas sobre a Amazônia, “são escassas e inseguras” (MAGALHÃES, 1986, p. 5).

A obra se divide em três partes: Roraima de Ontem; Roraima de Hoje; Poesias; ao final, uma seção de anexos, nos quais estão reproduzidos alguns documentos, bibliografia e

índice; destaca-se que no final da terceira parte apresenta uma lista de palavras, “alguns vocábulos indígenas”. O livro apresenta ainda mapas e fotografias inseridas no corpo do texto. Apesar de tratar de Roraima como um todo, o livro contém muito da vida e das histórias de Boa Vista.

A ordem cronológica que estrutura o livro nos dá uma idéia do caráter híbrido mencionado acima: se por um lado obedece a certo preceito atribuído à historiografia, por outro, atende também a uma das características marcantes dos relatos de memória.

Mas os títulos das partes não dão a justa noção do seu conteúdo. Sem estabelecer um balizamento temporal preciso para o que chama de “ontem” e “hoje”, a primeira parte se inicia nos primórdios da ocupação da região no período colonial; já a segunda, está condicionada diretamente ao fluxo da memória do autor, destacando-se a década de 1980.

Na primeira, que é a mais longa, o autor traz uma coletânea de assuntos, que vai desde comentários sobre a vocação pecuária da região e as primeiras famílias, passando por listas de datas históricas, pela enumeração de comentários sobre personagens locais e uma boa quantidade de “causos” e episódios. Em alguns fatos ou episódios narrados reproduz inclusive os diálogos que teriam sido travados entre os seus participantes, o que dá ao texto o tom de contar história, o “causo”. Sem referenciar as informações e fatos que conta, fica para nós leitores a certeza de que a memória do autor é a sua principal fonte.

A segunda parte é mais curta e informativa, ainda que apresente alguns interessantes comentários e alguns “causos” e uma curiosa relação de autoridades em exercício no período em que o livro foi escrito, a qual fecha essa parte. Aqui uma seção intitulada “Alguns erros em Roraima” se destaca, na qual o autor se permite fazer críticas sobre a construção do aeroporto internacional de Boa Vista; sobre a colocação da estátua ao garimpeiro na praça central da cidade; e sobre a instalação da sede do município de Caracaraí.

Na parte intitulada “Poesias”, o professor Dorval traz catorze poesias de sua autoria, boa parte delas tem Roraima ou a cidade de Boa Vista como temática. Estranhamente o último texto desta parte do livro é um comentário em prosa sobre as eleições de 1985.

No mais, o livro nos oferece um apanhado sobre Roraima, no qual a cidade de Boa Vista ocupa um lugar de destaque. É uma coletânea fatos, “causos”, lendas, informações

variadas, inclusive demográficas e estatísticas, associados ao registro do que foi vivenciado pelo autor, um natural da região. Ele a conhece e esquadrinha segundo o seu lugar social, como membro de uma família “pioneira”, e explicita os sentidos e significados que atribui ao seu lugar original.

Ele é um filho da terra e é isso que o moveu a escrever sobre Roraima e que o credencia como um narrador qualificado das coisas importantes que devem ser ditas e não podem ser esquecidas sobre o lugar. Deixa isso claro quando dedica o livro “aos seus filhos, netos e bisnetos e todos os descendentes de Inácio, Domingos e Manoel Lopes de Magalhães” e, ainda “aos demais desbravadores” e “à Juventude de Roraima”, a qual define como “nossa grande esperança” (1986: 7).

A estrutura da obra e a linguagem que foi utilizada buscam atingir uma objetividade típica da história, sem, contudo, ficar presa a isso. Em vários momentos o autor “escorrega” e se utiliza do humor, da informalidade e da coloquialidade na composição do seu texto, que marcam o grande sentimento de pertencimento que norteou a elaboração da obra e a trajetória intelectual do autor e o aproximam ora da crônica ora do relato de memória.

Considerações finais

As leituras que temos realizado de relatos de memória que tratam no todo ou em parte sobre a cidade de Boa Vista, demonstram que a sistematização intencional de um conjunto de fatos e acontecimentos considerados relevantes pelo autor e a construção de significados que a definem como um lugar nos textos que produzem, tem possibilitado leituras inovadoras sobre e da história urbana.

Como em toda narrativa, também o texto auto-referenciado é uma construção mediada pela subjetividade e pela cultura, presidido pelo fluxo da memória. Esta, recorta, seleciona, organiza conforme um programa. Pode-se dizer que a sua narração tem um roteiro, um script que visa identificar algo ou alguém, produzir significados, delimitar posições, espaços e lugares.

As duas obras trazidas aqui são dotadas de uma temporalidade própria, na qual o movimento de lembrar e de registrar é a tônica. Ambas, cada uma ao seu jeito podem ser consideradas como manifestações contra o esquecimento: na primeira por meio da organização da trajetória ordenada de uma vida e de um personagem, que é também o

narrador; na segunda através da construção de uma memória coletiva e de um percurso histórico.

Nas duas o tempo da memória, descontínuo e flexível, se coloca tanto no momento da escrita, ou seja, na etapa de criação do texto, e no momento da lembrança e da rememoração. Neste diálogo, o passado, não menos vivo, surge como um tempo conjuntivo, que existe por si só por ter sido vivido, mas também como invenção, mediada pela memória e pela linguagem. O futuro passa a ter forma, através do registro ordenado daquela visão dos fatos, acontecimentos, experiências e sentimentos perenizados sob a forma de escrita, organizado e formatado no livro. A obra, então, mais do que “um objeto da cultura material de uma época” (CASTRO GOMES, 2004: 17) é artefato que “dobra” o tempo e imprime um significado ordenado e coerente à existência do seu autor, bem como aos lugares que narra.

Tomando os princípios da narratologia, que todo narrador conta, direciona e controla sua narrativa, o que nos faz pensar que a abordagem do relato de memória é o processo complexo, tanto no caso da autobiografia quanto do relato de pretensões históricas.

Acredita-se que uma das formas de encarar esse desafio e fundamentar sua validade como fonte, tem amparo nos argumentos construídos por José Luís Jobim sobre a natureza constitutiva da narrativa: “se é possível considerar a hipótese de uma invenção radical” da narrativa, também é possível presumir que ela não será também intelegível (2003: 150), pois isso contrariaria a sua própria existência.

Neste sentido, o que devemos esperar de um relato de memória? Para além da busca redutora por informações, fatos e acontecimentos, elementos indispensáveis no trabalho historiográfico, creio que devemos buscar nessas fontes a cidade vivida, praticada, eivada de representações.

Como afirmou Pesavento “às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no

dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias”. Ao tomarmos as cidades como objeto de estudo, diz a autora, é imperativo levar em conta que elas como obra do humano não cessamos de as reconstruir, “pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos” (2007: 11).

O que devemos esperar dos relatos de memória? Que sejam fontes vivas na produção de uma história que cada vez mais prescindir e valoriza a subjetividade, as representações,

o imaginário e as sensibilidades, que deixe de lado as objetividades redutoras e homogeneizadoras, sem esquecer, contudo, o rigor metodológico e teórico.

Referências bibliográficas

BARROS, Nilson C. Crocia de. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia setentrional**. Recife: Editora Universitária (UFPE), 1995.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. 4.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivido da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Atelier Editorial, 2004.

CALADO, Eliana A. de Freitas. Da história ou da literatura? O limbo das autobiografias. **SAECULUM – Revista de História**. João Pessoa, [20], 103-110, jan/jun, 2009.

FREITAS, Aimerê. **História Política e Administrativa de Roraima (1943-1985)**. Manaus: Humberto Calderaro, 1993.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IBGE Censo do Amazonas/1940 e Censo de Roraima/1950/1960.

JOBIM, José Luis. **As formas da teoria: sentidos, conceitos, políticas e campos de força nos estudos literários**. 2. ed. Rio de Janeiro: Caetés, 2003.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Ângela de Castro e SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). **Memórias e narrativas autobiográficas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MAGALHÃES, Dorval. **Roraima Informações Históricas**. Rio de Janeiro, 1986.

OLIVEIRA, Laucides. **Boa Vista 1953, uma aventura ... Ah, dias de minha juventude...** Boa Vista: Gráfica Real, 2007.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes. **A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima**. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, p. 279-290, 1995.

_____. História e Literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria B., MACHADO, Maria Clara T. (orgs.) **Literatura e História: identidades e fronteiras**. Uberlândia/MG: EDUFU, 2006.

_____. Cidades visíveis, cidades possíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 27, nº 53, p. 12-23, junho 2007.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa: o texto, a ficção, a narração**. 2. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007.

SOUZA, Carla M.; SILVA, Raimunda G. **Migrantes e Migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé.** Boa Vista: EdUFRR, 2006.

SOUZA, Carla Monteiro de; MARAVALHA, Patrícia M. Rodrigues. A “escrita de si” como fonte para o estudo da história da cidade de Boa Vista/RR. In: Colóquio Internacional Poéticas do Imaginário: literatura, interfaces, fronteiras, II, 2010, Manaus. **Anais.** Manaus: UEA Edições, 2010. 889p.p.164-174.

VERAS, Antônio Rezende Tolrino. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima.** São Paulo, 2009. 235f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.